

PALESTINA LIVRE EM MOSAICO: CEM ANOS DE REFÚGIO E MIGRAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL

Ashjan Sadique Adi¹

Elizabeth Hazin²

Muna Muhammad Odeh³

Oula Al Saghir⁴

Soraya Misleh⁵

Para que a liberdade seja alcançada é preciso recuperar a palavra: assumir a decisão de agir sem nos importarmos como definem nossa ação; ler a nós mesmos; renegar uma moral que não nos pertence e apropriar-nos das armas para destruir sua infâmia. (JEAN GENET)

Resumo

A ideia que dá forma a esse artigo é a da conjunção dos depoimentos de cinco mulheres palestinas - ou lá nascidas ou descendentes de palestinos que se viram obrigados a deixar sua casa, seus pertences, seu chão – para compor um mosaico em que se possam ler não apenas

1 Graduada em Psicologia e mestre em Educação pela UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), doutoranda em Psicologia Social pela USP (Universidade de São Paulo), membro da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social) e diretora da FEPAL (Federação Árabe-Palestina do Brasil).

2 Pesquisadora Colaboradora de Literatura Brasileira junto à Pós-graduação em Literatura da Universidade de Brasília. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Neta de palestinos, poeta e autora do livro *Martu*, dedicado à causa palestina.

3 Palestina, bióloga e Professora Associada de Saúde Coletiva na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília - UNB.

4 Artista árabe, palestina-síria, cantora de músicas árabes clássicas e revolucionárias. Integrante da Orquestra Mundana Refugi, fundadora da banda de música árabe Nahawand, idealizadora de um futuro Centro Cultural Árabe.

5 Jornalista palestino-brasileira, mestre e doutoranda em Estudos Árabes pela USP. Autora do livro *Al Nakba*: um estudo sobre a catástrofe palestina (Editora Sundermann, 2017).

o sofrimento e a luta desse povo, sua resistência heroica ao longo desses últimos cem anos, mas também o que essas mulheres construíram, por meio da palavra – e a despeito de tudo - com seu trabalho diário, seu ativismo e sua arte.

Palavras-chave: Movimentos migratórios; Resistência palestina; Arte como resistência; Protagonismo feminino.

Abstract

The idea that gives shape to this article is the combination of the testimonies of five Palestinian women - either born there or descendants of Palestinians who were forced to leave their home, their belongings, their floor - to compose a mosaic in which they can be read not only the suffering and struggle of these people, their heroic resistance over the past hundred years, but also what these women have built, through words - and despite everything - with their daily work, their activism and their art.

Keywords: Migratory movements; Palestinian resistance; Art as resistance; Female protagonism.

Etimologicamente, a palavra *texto* vem do latim *textus* (narrativa) que, por sua vez, tem origem no verbo latino *texo, is, xui, xtum, ere* (tecer, fazer tecido, entrelaçar). Assim, aludindo ao tecido fino e transparente fabricado (em seda ou algodão) na cidade de Gaza, Palestina, o qual - levado à Europa por mercadores fenícios - veio a se tornar conhecido como gaze, reúnem-se nessa página cinco mulheres de origem palestina para compor um texto, entrelaçando com cuidado suas histórias de vida, fios delicados, a um só tempo iguais e diferentes entre si. Iguais, porque todas as histórias falam da saudade de uma terra há muito ocupada e todos os fragmentos dispersos hoje aqui reunidos são metáforas da resistência e da esperança de retorno.

Como lembra Edward Said (2003, p. 46), “o exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experimentar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu

verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada". Diferentes, porque o movimento migratório de cada uma dessas mulheres corresponde a um ponto diverso no tempo e, portanto, a um motivo particular em cada caso.

A epígrafe acima, extraída de um dos textos praticamente desconhecidos do dramaturgo francês Jean Genet (apud SOLER, 1987, p. 22) sobre a Revolução Palestina, expressa a ideia que dá forma a essas páginas: a de que a luta do povo palestino é intrinsecamente uma luta pela conquista da palavra. Quando dizemos que alguém tem a palavra, não estamos a nos referir simplesmente à sua capacidade de falar, mas sim, ao espaço reservado pelo outro para as suas palavras: querer ou não querer ouvir corresponde, na realidade, a conceder ou a proibir a palavra (BARTHES; FLAHAUT, 1987).

Ter a palavra significa que podemos dizer quem somos e o que queremos, o que alude - em última instância - a essa leitura de nós mesmos de que fala Genet. Assim, quando alguém afirma que a Palestina "é uma pátria sem povo para um povo sem pátria" ou quando ainda alguém como a primeira ministra de Israel Golda Meir (1969, p. 12) afirma que "palestinos nunca existiram", suas palavras acabam por adquirir estatuto de verdade. Aqui, a palavra, que revela um dos mitos fundantes sionistas⁶, transforma-se na própria "realidade" que o mundo conhece. Essa é a "verdade" que a propaganda israelense conseguiu impor ao mundo e que só muito lentamente nós, palestinos e palestinianas, temos conseguido desconstruir.

Para além do aparato militar de Israel, a colonização e a limpeza étnica contínuas, os palestinos e palestinianas enfrentam outro problema gravíssimo: a difamação de sua causa e o silêncio que lhes é imposto, seja em forma de censura, seja em forma de tentativa de destruição de sua memória. A recente notícia de que o Google eliminou o nome Palestina do mapa, substituindo-o por Israel, é grave, tem significados profundos e nos remete a

⁶ O sionismo é um movimento político e nacionalista que se desenvolveu no final do século XIX, sobretudo entre judeus da Europa, tendo sido fundado por Theodor Herzl, organizador do 1º Congresso Sionista na Basileia, Suíça, em agosto de 1897, visando à escolha de um lar nacional judaico nos territórios da Patagônia (Argentina), Uganda, Madagascar, na África, Alasca ou Palestina. Por diferentes motivos políticos, estratégicos, geográficos, a Palestina foi o território arbitrariamente escolhido para a existência de um Estado judaico e todas as funestas consequências para a população nativa.

1969, quando Golda Meir afirmou: “Não existe povo palestino... não é como se houvesse um povo palestino e viemos e os expulsamos e tiramos seu país deles. Eles não existiam”.

Os sionistas proibiram a palavra Palestina. Esperado que a proibissem, pois se a palavra, como quer Nietzsche, é a metáfora do real, pronunciá-la equivaleria a resgatar a Palestina e torná-la novamente real sob os pés, em forma de terra, de oliveiras, de pedras, de laranjas douradas, e livre, sobretudo livre. Assim, melhor que fosse riscada de livros e de mapas! Sabemos o poder das palavras. Contudo, de tanto esconderem-na, de tanto proibirem-na, a palavra Palestina irrompeu do chão e floresceu.

Afinal, o que sustentou todo o tempo esse povo foi a palavra Palestina. Toda essa força interior, que move nossa luta, provém da palavra Palestina, que nunca esquecemos, que nunca esqueceremos. Isso explica porque - decorridos mais de 70 anos desde a Nakba⁷ - sentimos tamanha responsabilidade ao nos debruçarmos sobre esse texto que, juntas, vamos aqui compondo, apenas pelo fato de termos em nossas mãos a palavra. E por estarmos a falar por muitos e muitas, por nós, por todos e todas, sabemos o quanto cada palavra escolhida tem de ser oportuna e contundente.

Falaremos, pois, de nossa relação com fronteiras e sua travessia, sendo ambíguas todas as restrições a elas associadas, pelo fato de sermos estrangeiras (e mais que isso: palestinianas), algumas herdeiras da condição de refúgio, como se podia ler no cartão da UNRWA⁸ da família de Muna Odeh. Houve momentos, ao longo de todo o século XX e desses 20 anos do século XXI, que levaram palestinos a emigrar, por uma questão de sobrevivência. Assim, o avô de Elizabeth Hazin deixa seu país e sua família, e parte de Belém (Beitlahem) para a Parnaíba (PI), Brasil, em 1906.

Nesta época, a Palestina não possuía sequer uma infraestrutura básica e a população carecia de quase tudo, pois o governo turco não tinha

7 A catástrofe causada pela criação do Estado de Israel em 15 de maio de 1948, mediante limpeza étnica planejada.

8 Sigla da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (do inglês *United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East*), criada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1949 para desenvolver programas de trabalho voltados para os palestinos refugiados. Começou a funcionar em maio de 1950.

interesse em torná-la mais viável para os árabes, sobretudo, para os que não eram muçulmanos (os cristãos, por exemplo, sequer tinham acesso à educação formal). Faltavam escolas, hospitais, empregos. A economia da região dependia do campo: criação de cabras e ovelhas, plantações de trigo, videiras, oliveiras e cítricos. O resultado disso era a pobreza e um horizonte vazio de perspectivas. Em Belém, de onde parte seu avô, a principal fonte de renda era o artesanato religioso por conta de um turismo incipiente: cruzeiros e caixas de madrepérola ou de madeira, terços feitos com caroços de azeitona.

Como a maioria dos que então emigraram (quase todos da mesma cidade de Belém e aldeias vizinhas), seu avô era cristão ortodoxo, o que significava - àquela altura - ser obrigado a pagar impostos mais altos que os muçulmanos, tornando sua vida economicamente inviável. Parnaíba, por sua vez, era conhecida em todo o mundo por seu porto e pelo fato de, ainda no século XIX, ingleses terem investido na carnaúba. Alguns anos depois, e tendo juntado algum dinheiro, retorna à sua terra em busca de uma noiva. Juntos, agora, o casal chega ao Brasil em 1920 e em 1923 muda-se para o Recife. Tiveram seis filhos, todos brasileiros, entre eles, o pai de Elizabeth.

Esses primeiros movimentos migratórios (fossem durante o Império Otomano ou já à época do Mandato Britânico, após o final da Primeira Guerra Mundial - 1918) dirigiam-se, em sua maioria, ao Nordeste do Brasil, ao contrário daqueles que saíram após a criação artificial do Estado de Israel, como é o caso do avô - e depois do pai e da mãe - de Ashjan Sadique Adi, que chegaram ao Brasil em 1955, 1968 e 1972, respectivamente, sempre em Corumbá (MS), onde existe hoje uma comunidade com cerca de trezentos palestinos. Emigram, todos três, por questões políticas e econômicas, em decorrência da Resolução 181 da ONU em 1947, que recomendou a divisão do território Palestino em dois estados - o Estado Palestino e o Estado Judaico, ficando a área de Jerusalém sob controle internacional. Injusta e desproporcionalmente, 56,5% do território foram atribuídos aos 700 mil judeus, e 42,9% aos 1 milhão e 400 mil palestinos. Este processo que se deu sem a consulta à população nativa residente na Palestina há pelo menos



10.000 anos - o que se comprova pela existência da cidade de Jericó - é chamado de Nakba (Catástrofe) pelos palestinos, e que gerou a expulsão de aproximadamente 800.000 nativos, além da morte de milhares e da destruição de cerca de quinhentos vilarejos e aldeias, com a intenção de não deixar vestígios arqueológicos da vida naqueles espaços.

Por sua vez, a jornalista Soraya Misleh, nascida em São Paulo, é pesquisadora, estudiosa, militante pela causa e contra todas as formas de opressão e exploração. Assim, atua em vários movimentos e coordena a Frente em Defesa do Povo Palestino, bem como no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Uma internacionalista com coração e raízes palestinas. Autora do livro *Al Nakba* - um estudo sobre a catástrofe palestina (2017), resultado de sua dissertação de mestrado em Estudos Árabes pela Universidade de São Paulo, na obra faz uma homenagem a seu pai, que lhe ensinou o que é ser palestino - dedica o livro a ele e aos milhões de refugiados. Agora, no doutorado, estuda a resistência e história das mulheres palestinas, na política e na literatura. Luta para conscientizar as pessoas e fortalecer campanhas de solidariedade internacional, como a de BDS (boicote, desinvestimento e sanções) ao apartheid israelense. Por uma solução justa para a totalidade do povo palestino.

Soraya traz marcada na pele a experiência desses três momentos migratórios, pois seu bisavô materno emigrou no período do império para não se alistar no exército turco-otomano, enquanto seu avô materno deixou a Palestina por conta da carestia voltada às dificuldades impostas pelo Mandato Britânico e seu pai, por fim, em função da Nakba. Esse último foi expulso violentamente aos 13 anos de idade, juntamente com seus pais e tios, de sua aldeia Qaqun por gangues paramilitares sionistas que cercaram o vilarejo em 1948. Seu pai (o caçula) é o único ainda vivo entre seus irmãos.

O pai de Soraya chegou ao Brasil, em 1956, após seu pai falecer, refugiado em sua própria terra, sonhando com o retorno. Segundo o relato dele, seu pai (avô de Soraya) chorava como uma criança e cantava: "Minha casa, minha casa, quando voltar, pintarei você como o rosto de uma noiva".



Os relatos poéticos são até hoje parte inalienável das memórias do pai de Soraya. “Como pode esse pedaço escuro de madeira distanciar uma comunidade inteira de seus sonhos? Como pode proibir gerações inteiras de tomarem café em casas que eram delas? Como conseguiu nos lançar em tamanha paciência e em toda essa morte?” Assim, o escritor palestino Mourid Barghouti (2006, p. 26), em “Eu vi Ramallah”, descreve o sentimento ao atravessar a Ponte Allenby, entre Jordânia e Cisjordânia, na Palestina ocupada, após trinta anos sem poder voltar a sua terra.

A identificação com o relato vivo faz com que a dor que Soraya carrega seja coletiva: não cabe no peito e escorre pelos olhos. Como o escritor, alguns palestinos banidos dos territórios ocupados militarmente, em 1967, tiveram “autorização” para retornar ou “visitar” sua terra após os acordos desastrosos de Oslo em 1993, como estrangeiros, sem direitos humanos fundamentais garantidos. A maioria - hoje 5 milhões em campos de refugiados nos países vizinhos e milhares na diáspora - ainda sonha com o retorno, mais de 72 anos depois. Ou seja, desde a Nakba, o que representa a criação do Estado de Israel em 15 de maio de 1948 mediante limpeza étnica planejada para os palestinos.

A ponte - que Barghouti não perdoa em seu relato - simboliza o *apartheid* desde a fronteira. Por ela Soraya passaria duas vezes, em 2011 e em 2015, tendo sido obrigada a fazer o caminho de volta, com carimbo de entrada negada no passaporte, carregando o fardo de horas de humilhação, ódio pela injustiça da ocupação e impotência no momento; muitas lágrimas e tristeza que levará consigo até o fim dos seus dias. Na única vez em que pôde abraçar seu tio, em encontro emocionante e simbólico da família palestina fragmentada pela Nakba, não chegou a passar por esse “pedaço escuro de madeira”, pelo *checkpoint* no meio do nada, no vácuo entre Jordânia e Palestina ocupada.

Entrou pelo aeroporto de Ben-Gurion, em Tel-Aviv. O ano era 2010, ao final de um outubro frio que prenunciava o inverno gelado por vir. Atravessando seus longos e penosos corredores, pensava nas aldeias



destroçadas de al-Lydd e al-Ramla, onde por cima dos escombros, o aeroporto foi instalado. Era tenso. As paredes pintam a “vitória” sionista na “guerra da independência”, como vendem ao mundo os crimes contra a humanidade cometidos para a colonização da Palestina. Para a Nakba. Sobre o cemitério das duas aldeias, em que a limpeza étnica tornou cerca de 50 mil de seus habitantes palestinos refugiados da noite para o dia, em 1948, aquele aeroporto.

Foi mesmo a única e última vez que se encontrou com a família que, em sua maioria - paterna e materna -, vive na Palestina ocupada. A última vez em que teve a oportunidade de abraçar seu tio, separado de seu pai há quase 60 anos. Seu pai chorara no Brasil com a notícia da entrada negada na terra que sempre foi sua, na Palestina ocupada. Soraya era a ponte que aproximava os irmãos, era o abraço impossível dos dois, a saudade que nunca puderam encerrar. A despedida no ar. Em 2015, no fatídico 31 de março, Soraya foi banida pela jovem soldado na fronteira, após a travessia na Ponte Allenby, sob a pecha de “ameaça à segurança de Israel”. Seu tio viria a falecer em novembro do mesmo ano, aos 85 anos.

Ouçamos, agora, as vozes de Muna Odeh e de Oula Al Saghir, que vivenciaram experiências diversas, na medida em que foram elas próprias a emigrarem do Oriente Médio, diferentemente das anteriores, descendentes de imigrantes e já nascidas no Brasil. Muna nos fala da peculiaridade que apresenta seu refúgio, pois sua família se refugiou em seu próprio país, saindo de Al Maliha e Baqá, na parte ocidental de Jerusalém, ocupada por Israel naquele ano de 1948, para Belém, cidade na época sob o controle da Jordânia, a meros 5 km de distância.

De Al Maliha e Baqá, sua família foi expulsa e teve que abandonar tudo: sua casa, todos os móveis, cama, sofá, tapetes, bem como seus pertences pessoais e tudo mais, sem contar o limoeiro no jardim da casa, do qual sua tia sempre lhes lembrava a cada visita semanal que lhe faziam quando crianças, como se fosse a “grande evidência” de que tinham memórias, vidas que haviam plantado e, portanto, direitos que não poderiam ser esquecidos.



Esse enredo eterno da tia permaneceu gravado em suas memórias e Muna ficou impressionada com o fato de quase três décadas depois, ao visitar a Palestina (já então morava no Brasil) com suas duas filhas pequenas, de 6 e 7 anos de idade, e de tê-las levado para ver do lado de fora o que era possível, ver de longe o famoso limoeiro da sua tia que se tornou, com o passar dos anos, uma narrativa fixa da família, espécie de âncora de lembranças dolorosas e o testemunho do roubo e da destituição que foi a Nakba para todos eles, palestinos e palestinas, o que resultou em Israel como Estado e seu povo que se apossara da casa, dos pertences, dos móveis e do limoeiro.

A despossessão do povo palestino não parou em 1948, mas teve continuidade: ao longo de pelo menos vinte anos, os palestinos seguiam perdendo suas terras e suas casas, e quando, em 1967, Israel invade e ocupa o restante da Palestina histórica, a despossessão invadiu a pele, a alma e as vidas das novas gerações de palestinos e palestinas que mal tinham absorvido a Nakba e suas desastrosas implicações de perda, morte e sofrimentos. Eis como ela descreve, numa entrevista, suas lembranças desta guerra e as repercussões em si própria e em sua família:

O bombardeio

Ela ainda não tinha completado seis anos de idade quando, na manhã do dia 5 de junho de 1967, Israel iniciou o ataque expansionista que ficaria conhecido como a Guerra dos Seis Dias, ocupando a Faixa de Gaza, o deserto do Sinai, as Colinas de Golã, além da parte oriental de Jerusalém e toda a Cisjordânia. Foi então que a história de Muna encontrou a história de seu povo.

Sua família estava em Jerusalém quando o ataque aéreo começou. Seu pai e avô ficaram numa casa, enquanto ela, sua mãe e irmãos – incluindo o pequeno Nasser, de oito meses – se refugiaram com dezenas de outras mulheres e crianças numa pequena caverna nas redondezas. Dali, elas viram, impotentes, quando uma bomba atingiu o local onde estava seu pai.



Muhammad morreu com o corpo despedaçado e espalhado entre os destroços. O avô ficou cego ao ser atingido por estilhaços. Minutos depois, o interior da caverna onde se escondiam Muna e o resto de sua família também foi atingido por uma carga de Napalm lançada pelo exército israelense, o mesmo tipo de arma altamente inflamável usada pelos Estados Unidos no Vietnam.

Em instantes, a explosão provocada pela bomba havia queimado a pele das mulheres e crianças abrigadas no local. Alimentos que traziam nas mãos foram desintegrados. A fumaça tóxica inalada corroía os pulmões. Muitos morreram na hora. Os sobreviventes tossiam, gritavam e corriam desesperados em todas as direções. Foi quando a pequena Muna, lutando por sua vida, se perdeu.

Sozinha, ela correu desenfreada por sobre a terra seca e arrasada pelas bombas, enquanto ouvia, para nunca mais esquecer, o som dos aviões e da artilharia que varria os ares. Durante a fuga, sentia seu pé esquerdo sangrar, ainda sem saber ao certo o que havia ocorrido. Só pensava em correr e salvar-se. E correu até cair no chão e perder completamente a consciência.

Muna acordou horas depois no leito de um hospital jordaniano, numa ala junto a dezenas de outras crianças feridas, muitas em estado grave. Seu pé, parcialmente mutilado, estava suspenso e envolto numa espécie de gaiola, com a ferida aberta e sério risco de infecção. Queimaduras ardiavam em seu antebraço esquerdo. Como único alento, crianças jordanianas traziam flores e brinquedos em solidariedade.

O resgate

Do outro lado da fronteira, em Jerusalém, sua mãe, Fátima, aprendia a ser forte. Seu marido estava morto, seu pai havia ficado cego e, além de Muna, outro filho seu, de nove anos, havia desaparecido em meio ao bombardeio – ele seria encontrado dias depois por uma prima, em Jericó. Nasser, o bebê exposto à fumaça de Napalm, acabaria morrendo em seus braços, ao chegar ao hospital.



Um mês depois, quando Muna já se preparava para ser adotada pela família de um médico jordaniano, Fátima e o que restara de sua família ainda lutavam contra a ideia de que a menina estivesse morta. Sua foto foi espalhada pela região. Até que chegou a informação de que a garota havia sido vista em um hospital do outro lado da fronteira.

Fátima reuniu todas as forças que lhe restavam, deixou a casa e os filhos aos cuidados de sua mãe e seguiu para resgatar a filha. Com a guerra, a fronteira passara ao controle do exército de Israel. Palestinos só poderiam sair para não mais voltar. Ela arriscou. Deu dinheiro a um motorista para levar-lhe até o hospital indicado e ajudar-lhe a retornar clandestinamente. O tempo era curto e não havia nenhuma garantia de sucesso.

Mas deu certo. No hospital, ela encontrou Muna, abraçou-a, pegou-a no colo e saiu com pressa. Grávida do marido que havia sido morto dias antes, Fátima cruzou nadando, no breu da noite, a fronteira pelo Rio Jordão. Muna foi levada no colo, por sobre as águas, pelo homem que as ajudou. Seu pé ainda sangrava e, quando deixava correr uma lágrima, era repreendida pela mãe: "Não chore, Muna. Nós vamos pra casa." No caminho, Fátima abortou.

Pouco a pouco, o tempo, o afeto da família, o sentimento de coletividade e, sobretudo, a força e a determinação de sua mãe trataram de devolver a pequena garota palestina à sua vida normal. Aos nove anos, entendeu que os dedos de seu pé esquerdo nunca mais cresceriam. Mas nem por isso deixou de jogar basquete, brincar com outras meninas e frequentar o clube da Associação de Jovens Cristãos, a YMCA, em Jerusalém.

Quanto a Oula Alsaghir, 39 anos, filha de pai e mãe palestinos, nascida em um campo de refugiados na Síria, não sabe como ou quando aprendeu sobre a Palestina, não lembra exatamente como o amor por esta terra despertou em seu coração, pois nasceu refugiada em um país árabe vizinho à Palestina e nunca a visitou, embora tenha crescido como mulher Palestina que quer voltar para sua terra e ali criar seus filhos, transmitindo a



eles a cultura, os costumes e tradições de sua origem, assim como o amor e a luta pelo direito ao retorno promulgado pela resolução 194 da ONU. Oula sempre teve como pretensão ensinar aos seus filhos o idioma árabe, e valores da religião, que enxerga como uma responsabilidade muito importante.

Sente muito orgulho da sua Palestinidade, apesar do sofrimento em todos os níveis. Um dos seus maiores sofrimentos é a falta de pertencimento a algum país: Síria, onde nasceu, estudou, trabalhou e viveu os primeiros anos de vida? Ou Brasil, onde vive atualmente, tendo depois de cinco anos conseguido a nacionalidade? E infelizmente, pensa que não teria este sentimento de pertencimento pela Palestina se lá registrasse sua nacionalidade e lá morasse um dia. Lembra-se das histórias da sua avó e das tias sobre a vida delas na Palestina, lembra-se das lágrimas, das tristezas e acredita plenamente que nutriu o patriotismo e a luta pela restauração dos direitos do povo palestino desde o berço.

Nunca lhe ocorreu que ao sair do país onde nascera e crescera refugiada, a Síria, país pelo qual nunca pôde ter um sentimento de pertença, sentiria tanta dor. Nunca lhe ocorreu que sua saída lhe deixaria uma cicatriz tão profunda, que não se cura e não desaparece da alma, como se lá tivesse deixado algo de seu, irrecuperável. Não sabia que aquelas noites e dias lá vividos se transformariam em memória dolorosa, em uma nostalgia sem fim. Teve uma vida normal e uma infância feliz, cresceu em uma família simples: sua mãe era uma dona de casa de grande coração e, seu pai, um homem terno e generoso que amava a vida, a música, que cantava e tocava *oud*, e sua casa um lugar sempre aberto com cantos e sorrisos, verdadeiro refúgio para os conhecidos, parentes e amigos.

Vindas, assim, de tempos e lugares diversos, as vidas dessas mulheres - imigrantes, refugiadas, descendentes de imigrantes - terminaram por se entrelaçar no país escolhido. Descobriram-se aos poucos e logo se deram conta de que compartilhavam muitas riquezas: lembranças, poetas, canções, memórias, ideias, ideais e, sobretudo, um amor profundo pela terra distante e usurpada, algumas delas nunca nem tendo ali posto os pés. O



conjunto denso e complexo da existência dessas mulheres em busca de espaços e coletivos que lhes pudessem acolher, em sua multiplicidade, foi construindo ao mesmo tempo linguagens e formas de tecer a solidariedade, o respeito ao outro, o reconhecimento da dependência mútua e do sonho compartilhado nas diferentes esferas de suas vidas, refletindo-se nas suas escolhas de um campo de existência.

Muna é professora, trabalha com saúde mental e sabe que a loucura é tema que transborda das fronteiras impostas pelos sistemas de hegemonia econômica, política e sócio-histórica que demarcam a vida dos povos e, particularmente, seus deserdados, a exemplo dos palestinos e palestinas. Na área em que atua, percebe-se no fazer constante de tecer afetos, que se traduzem em linguagem e relações e que se fundamentam no seu sentimento de ser palestina, na resiliência (*al sumud*), na paciência (*al saber e al nafas al tauil*) e na sabedoria do *zaatar* que cresce nos contornos das rochas e ganha seu aroma quando encanta e reencanta a fauna e a flora que figuram sua existência e permanência.

Ashjan é graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (campus do Pantanal), mestre em Educação pela mesma universidade (Campus Campo Grande), e atualmente doutoranda pelo Programa de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), desenvolvendo uma pesquisa a respeito dos discursos sobre árabes e muçulmanos nos livros didáticos, verificando a presença de possíveis associações com o terrorismo, de possíveis estereótipos, generalizações, assim como de silenciamentos e apagamentos da importância histórica desses povos para o mundo, para a modernidade e até mesmo para o Ocidente. Desenvolve essa pesquisa pois sabe que os discursos equivocados presentes nos livros didáticos podem influenciar processos de xenofobia, islamofobia, arabofobia, quando na verdade estes povos foram muito importantes para a história, importância silenciada, de onde - a seu ver - a necessidade de seu resgate e de sua valorização a partir de uma perspectiva decolonial.



Ao longo de sua atuação, sempre apoiou e se envolveu com as causas das minorias políticas: a feminista, a dos negros e negras, dos indígenas, das pessoas com deficiência, das pessoas LGBT, do movimento campestre, do movimento sem-terra e sem-teto, das pessoas sem esperança, sem perspectiva diante de tantas violências e expropriações. Fez ensino superior, encontrou professores e alunos militantes ao longo de seu caminho universitário e chegou nos movimentos sociais que, por sua vez, a “levaram” até a Palestina, ou seja, num movimento de fora para dentro, que lhe proporcionou o reencontro com as próprias origens.

Assim, quando começou a pensar no projeto de doutorado, pensou: “qual a causa que mais me toca enquanto pessoa?” Foi aí que se deparou com a Causa Palestina e passou a se dedicar a ela, desde 2017. E com sua família vivendo no território ocupado da Palestina, começou a se envolver com o que lá ocorria, precisamente nesse ano de 2017, ao descobrir que seu primo Sameh Abu Hamayel - então com 16 anos - estava preso numa penitenciária israelense por ter jogado pedras em soldados da ocupação e lá sofrendo várias violações: comida insalubre, água não potável, violência física e psicológica, restrição a visitas de familiares e de advogados, isolamento físico.

A partir daí, começou a estudar, a ler, a se informar e a conhecer pessoas que lutavam pela mesma causa. Para ela, foram as lutas e os livros que lhe trouxeram a compreensão e consciência que carrega pela Palestina hoje. E assim, segue seu trabalho na esperança, que nos é um mal incurável, como diz o poeta-político Mahmoud Darwish⁹, de transmitir um pouco de conhecimento sobre esta história tão invisibilizada e deturpada pelos discursos hegemônicos e sionistas, de modo que se gere consciência e sensibilidade nas pessoas, talvez a segunda antes mesmo da primeira.

Soraya até hoje sente que seus passos na Palestina foram breves. A fronteira, o *apartheid*, todavia, não conseguiram silenciar as vozes que

⁹ “Sofremos de um mal incurável chamado esperança”, título do texto que Mahmoud Darwish leu, numa noite de 2002, num teatro da cidade de Ramallah, na Cisjordânia, poucos dias depois destruído pelas forças de defesa de Israel, no ensejo da visita do Parlamento Internacional de Escritores, motivada pelo impedimento de saída da Palestina do poeta Mahmoud Darwish. (REIS, 2014).

a levaram até lá, ao sentimento de pertencimento àquela terra: quando pisou na Palestina, era como se tivesse estado lá a vida toda. “Minha terra, minha terra”. A cada passo, as raízes calavam fundo em sua alma. Não se sentia estrangeira. A cada passo, carregava as memórias do seu pai - líricas, doloridas, de um paraíso perdido em que nos roubaram tudo, como diz Barghouti, até “o amanhã”. De uma aldeia em que viviam do que cultivavam, do que plantavam, sem travas nas portas e janelas, uma vida comunitária simples e feliz. Em que tudo o que precisavam a terra provia.

Lembra que visitou o que antes era Qaqun, onde hoje se encontra o Parque Arqueológico Kakoon, em meio a cidades com nomes hebraicos, na Palestina ocupada em 1948. Conseguiu voltar ao Brasil com os presentes pedidos pelo pai: terra (de Qaqun) e azeite. Ele beijou o punhado da terra do lugar a que não pôde retornar (embora incessantemente repetisse que um dia o faria). Quando completou 80 anos, passou a afirmar que bastaria pisar em sua terra e morreria feliz. Infelizmente essa tristeza ela sente que não tem como arrancar ao seu velho pai, hoje em seus quase 86 anos. O que o alivia é saber que enxerga a alma palestina nos olhos de sua filha, olhando para ela sabe que a chama continua acesa em seu peito. E tem orgulho disso.

Soraya costuma pensar que a Palestina está carente de heróis e heroínas, quando sua família a vê como tal. Ela logo recobra a consciência e lembra que não: a Palestina está carente em função do abandono internacional. Os heróis pululam dentro e fora de suas terras. Não se sente como um deles, como a família a enxerga. Nem de longe. Diante de seus feitos intrépidos, o que faz - pensa - é quase nada. Mas sente que isso os deixa orgulhosos. Então, simplesmente aceita e fica feliz por eles. As muitas histórias que ouviu de seu pai ainda quando criança alimentam sua alma, dia a dia, para continuar a lutar, a denunciar, a estudar e a tentar levar mais e mais pessoas a conhecerem a história de uma longa injustiça que não durará para sempre, a se engajarem nas campanhas de solidariedade internacional, como a de BDS (boicote, desinvestimento e sanções) a Israel.



A memória coletiva renova as forças para seguir, inspirada na resistência heroica e histórica palestina. Assim, dá seus pequenos passos. Às vezes, mais lentos do que deveria. Às vezes, desesperados. E então volta os olhos para os milhares de verdadeiros heróis: os que estão nos cárceres israelenses - mulheres, crianças, jovens, idosos; os que se encontram nos campos de refugiados e transmitem, assim como seu pai, a identidade e a resistência de geração para geração; os que enfrentam os tanques com pedras; os que colocaram o nome da Palestina nos jornais de todo o mundo; os que reconstróem casas demolidas; os que se recusam a serem apagados do mapa. Enfim, os que persistem, resistem. Palestina, terra de heróis e heroínas. E então, na certeza de que nenhum ocupante conseguiu ficar eternamente ali e que nenhum imperialismo dura para sempre - como aprendeu com sua família -, ergue ainda mais alto a bandeira: Palestina livre, do rio ao mar.

Oula chegou ao Brasil com seu marido e seu filho de dois anos, nascido na Síria, na cidade de Homs, onde ela cresceu. Seu marido teve que viajar para o Egito em busca de segurança, pois a situação estava ficando mais perigosa durante a guerra que estourou na Síria em 2014. Ela e seu filho ficaram na casa da família, sob o peso da guerra. Em seguida, ela e o filho foram para o Egito, onde finalmente conseguiu reencontrar seu marido, depois de um ano e meio de esforço, distância e saudades. Na sala de segurança do aeroporto com o filho ainda bebê, depois de esperar seis horas, com a possibilidade de ser deportada para a Síria por não ter o visto de entrada, finalmente conseguiu adentrar o Egito. Todavia, não conseguiram a desejada estabilidade de vida no então país e, assim, aos poucos, sua família veio para o Brasil.

Primeiramente chegaram ela, o marido e o filho, em março de 2015; logo depois, seu irmão chegou da Malásia e, em seguida, a irmã mais nova veio da Turquia. Somente após oito meses de espera, chegou sua mãe. Finalmente conseguiram reunir-se novamente como uma família, à exceção de seu pai, morto, sozinho, na Síria, dois meses após a partida da filha. Novamente juntos começaram a curar suas feridas e a alimentar seus sonhos,



suas almas. Perceberam que começavam a reconhecer suas personalidades, quem de fato eram na Diáspora, e o que podiam alcançar com o apoio da família reunida.

No início foi difícil, tantas vezes se sentiram perdidos, mas buscavam se reequilibrar depois de tudo que passaram, depois do choque de realidade que os atingiu em terra brasileira. Como não falavam o idioma local, acharam que o melhor seria vender comida árabe na forma de pedidos para ocasiões festivas e aniversários, onde não precisariam conversar muito. E esta atividade nunca foi fácil porque exigia muito esforço e trabalho, principalmente pela falta de equipamentos, o que facilitaria muito e encurtaria o tempo dispendido no trabalho.

Foi então que, buscando uma saída que lhe proporcionasse energia suficiente para seguir em frente, Oula redescobriu a música, algo que sua alma conhecia bem desde os tempos de infância. Afinal, crescera vendo seu pai tocando o *oud* e cantando com os amigos que também eram músicos. Eles ouviam canções antigas, e foi justamente seu pai quem descobriu que ela tinha voz musical, dando início ao seu aprendizado. Aos quatro anos de idade subiu no palco pela primeira vez, a fim de cantar duas canções para a Palestina, deixando todos que estavam no teatro muito emocionados. Sim, seu pai tinha sido um amigo permanente, que lhe mimava e lhe ensinava. Sempre acreditou nela, lhe encorajou e constantemente gabava-se na frente de todos por sua filha ter uma voz tão linda, numa postura contrária à da maioria, que não valorizavam as filhas.

Em busca de um lugar onde pudesse reencontrar-se com a música, terminou encontrando, no Brasil, um professor descendente de libaneses que possuía um centro de refugiados e que lhe oportunizou preencher esse vazio musical oriental no país. Ela então procurou um músico que a acompanhasse e veio assim a conhecer um jovem cantor palestino que vivia na Síria e que havia fugido da guerra como ela, chegando ao Brasil em busca de um futuro melhor. Ao fim do primeiro show musical deles, Oula sentiu que uma nova vida começaria, e novamente a esperança voltou a fluir em sua alma. Tinha



voltado a cantar depois de um longo intervalo, pois nos últimos anos de sua vida não ouvia nada além do som de bombas, de choro e tristeza pela perda de entes queridos: tio, dois primos, os primos de seu pai entre outros.

No Brasil, e com a música reencontrada, descobriu o verdadeiro significado da expressão “boa noite” (*tesbah ala khair*), pois até então, costumavam dizê-lo automaticamente, sem sentir seu verdadeiro significado. Seu nome chegou no município de São Paulo muito rápido e recebeu a primeira oferta de trabalho de uma cantora de ópera, com quem viajou para o Maranhão a fim de participar do festival AlQantara. Deixou os dois filhos pequenos com a mãe, a irmã e o marido, que desde o início apoiaram seu projeto e o sonho de ser cantora. Acreditaram nela, como outrora seu pai.

Também no caso de Elizabeth, foi através da arte que ela terminou por construir uma relação - em clave profunda - com a terra de seus avós e sua causa. Cresceu totalmente afastada da causa palestina, sendo sua mãe brasileira e seu pai filho de palestinos, mas totalmente assimilado pela cultura brasileira. Nem o idioma árabe ele e seus irmãos aprenderam a falar. Lembra que ainda muito pequena, movida pela curiosidade, pediu a sua avó para lhe ensinar o alfabeto árabe, tendo sido por ela rechaçada.

Foi somente no ano de 1981, quando assistiu a um espetáculo de dança e música palestinas em Recife, que seu sentimento de identidade aflorou: viu e ouviu o espetáculo como quem de repente se descobre, como se aquele ritmo sempre lhe tivesse pertencido, como se já houvesse feito todos aqueles movimentos. Daí para a ideia de um livro de poemas foi um pulo, resultado de interesse cada vez maior por uma causa que a seus olhos então parecia a única coisa justa pela qual lutar. Sim, os palestinos não eram impulsionados por ideias expansionistas, mas tão-somente pelo firme propósito de reconquistar o que de mais caro lhes fora tirado pelo agressor: seus direitos humanos e seu chão.

Graduada em Letras, recém-ingressa na UFPE como professora de Literatura Brasileira, Elizabeth era também poeta. Decidiu que escreveria um livro de poemas voltado para o que agora considerava “seu povo”. A



primeira ideia para o livro era muito ambiciosa: 1001 poemas encadeados à semelhança das noites de Shérazade, o que naturalmente não aconteceu. Além das leituras realizadas sobre a história da Palestina, começou por anotar em um caderno, separadamente, uma infinidade de elementos que deveriam aparecer no livro que planejava: listas de palavras originárias do árabe (ou cujo campo semântico tivesse relação com a cultura árabe), fotografias de jornais e revistas sobre o conflito, depoimento de pessoas que houvessem participado do drama. Caminhava através dos mapas e anotava nomes de cidades e de rios.

Acreditava que seu poema recriaria a terra, seu deserto, seus oásis, suas aldeias destruídas, suas cabras e seus pastores, seus limoeiros, o leite e o mel. Os poetas, lembra ela, sempre souberam do poder contido na palavra. “Enquanto me reste alento/ e alento restará/ minha palavra será pão e arma/ nas mãos dos guerrilheiros” (SAMIH AL-QUASIM apud SOLER, 1987, p. 23). Não sem motivo Moshe Dayan temia os versos da palestina Fadwa Tuqan, afirmando serem os mesmos mais subversivos que dez atentados.

O livro de Elizabeth, intitulado *Martu* (primeiro nome, de que se tem registro, dado àquela região), é um poema longo, narrado por um poeta que teoriza o próprio fazer poético, além de dar a conhecer os seus próprios poemas, aqueles que falam diretamente do drama do povo palestino. Os versos de Octávio Paz, em epígrafe, condensam a ideia contida nessa fusão: “Única terra que conheço e me conhece/Única pátria em que creio/ Única porta ao infinito”, sendo essa terra, a um só tempo, o literal e o metafórico, ou seja, a Palestina distante e a própria Poesia.

Sim, foi a palavra (dos poetas, dos artistas, dos que trabalham no dia-a-dia) que protegeu e sustentou a pátria de Fadwa e os seus. E a palavra, o que foi? Foi o desespero de um povo que ninguém ouvia. Foi a voz dos poetas, solta no vento. Foi a ideologia revolucionária recitada nos campos de treino da Argélia. Foi a instrução recebida (às vezes em escolas improvisadas, sob as copas das árvores). Foi Arafat, em 1974, na Assembleia Geral da ONU, tendo numa das mãos o fuzil e, na outra, um ramo de oliveira



- símbolo da paz - pedindo que não deixassem o ramo de oliveira cair de sua mão. Foi a explosão da Revolta, o grito de repente possível, a face oculta da tragédia enfim revelada ao mundo pela resistência heroica, e a consequente Proclamação do Estado Palestino, em novembro de 1988, tendo a Declaração de Independência sido escrita pelo poeta palestino Mahmoud Darwish.

A penúltima palavra paira, há muito, nos lábios de todos os palestinos: “*Sanaúd*”! (“Voltaremos”!), aprendida por todas as crianças, desde muito cedo, nas escolas e campos. Em torno dela materializou-se a *Intifada*, cuja maior conquista foi torna-los imunes ao medo. O que de mais belo existe no levante é que todos aqueles que participam da luta (crianças, jovens, homens e mulheres) já não podem ser contados separadamente, pois formam, na realidade, um só corpo: o irreduzível povo palestino que não se dobra, que não se deixa abater e que lutará até o fim para reconquistar a terra e “escrever uma frase/mais doce que o mel e os beijos/que Palestina era... e segue sendo”¹⁰. A última palavra!

Referências

BARTHES, Roland; FLAHAUT, François. Palavra. *Enciclopédia Einaudi 11*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1987.

BARGHOUTI, Mourid. *Eu vi Ramallah*. Tradução e notas: Safa Abou-Shahla Jubran. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

BELDA, Francisco Rolfsen. *Napalms sobre a terra santa*. Wordpress, 2009. Disponível em: <https://belda.wordpress.com/2009/02/04/napalms-sobre-a-terra-santa/>. Acessado em 14 nov. 2020.

HAZIN, Elizabeth. Terra. *Martu*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

HAZIN, Hissa Mussa. *Imigrantes palestinos, identidades brasileiras: compreendendo a identidade palestina e sua transformações*. 2016. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/22381>. Acessado em 03 nov. 2020.

MEIR, Golda. *Interview*. London Sunday Times, 15 de junho de 1969.

10 Do poema “Apaixonado da Palestina”, de Mahmoud Darwish.

MISLEH, Soraya. *Al Nakba: um estudo sobre a catástrofe Palestina*. Sendermann: 2017.

REIS, Léa Maria Aarão. *A voz da Palestina: um mal incurável chamado esperança*. Carta Maior, 2014. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cultura/A-voz-da-Palestina-um-mal-incuravel-chamado-esperanca/39/31506>. Acessado em: 10 nov. 2020.

SAID, Edward. *Reflexões sobre o Exílio*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SOLER, Victor. *Escribe que soy árabe...* Crônicas y Poemas Palestinos. México: Universidade Autônoma Metropolitana Unidad Xichimilco, 1987.